NUIPC: como acompanhar o processo-crime com um advogado penal em Braga Quem apresenta uma queixa ou é notificado no âmbito de um processo-crime acaba por encontrar, mais cedo ou mais tarde, uma sigla pouco intuitiva: NUIPC. Significa Número Único de Identificação do Processo-Crime e funciona como o bilhete de identidade do processo. Acompanha-o desde o primeiro registo até ao fim, mesmo quando o processo muda de serviço, de fase ou até de tribunal. Guardar este número é um dos conselhos mais simples e mais úteis que um advogado penal pode dar. O NUIPC aparece normalmente no comprovativo entregue quando se apresenta queixa numa esquadra da PSP, num posto da GNR ou https://marioewdb168.juniperbrief.com/posts/cumulo-juridico-em-linguagem-simples-com-um-advogado-penal-em-braga na Polícia Judiciária, e depois em todas as notificações enviadas pelo Ministério **advogado penal** Público ou pelo tribunal. É com ele que se pede informação nos serviços, que se juntam documentos ao processo e que se identifica qualquer requerimento. Sem esse número, uma simples pergunta sobre o estado do processo pode transformar-se numa pesquisa demorada.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Saber o número não significa, contudo, que qualquer pessoa possa consultar livremente o processo. O acesso depende da qualidade em que se intervém, da fase em que o processo está e de eventuais restrições, como o segredo de justiça. O ofendido que não se constituiu assistente tem um acesso mais limitado do que o assistente ou o arguido representados por advogado. É aqui que a intervenção de um advogado penal em Braga faz diferença: sabe a quem dirigir o pedido, que fundamentos invocar e como interpretar o que consta dos autos. Na QUOR Advogados, o acompanhamento dos processos é feito de forma contínua pelo mesmo advogado e com uma abordagem sem papel, coerente com o lema do escritório, "Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta". As notificações e documentos são organizados digitalmente e o cliente é informado em linguagem clara sempre que há novidades. Para quem não sabe sequer onde encontrar o NUIPC, uma das primeiras tarefas é localizar esse número a partir da documentação que a pessoa tem consigo. Outro cuidado importante é não confundir o NUIPC com outros números que surgem ao longo do caminho. Quando o processo chega a tribunal, por exemplo ao juízo criminal ou ao juízo de instrução criminal de Braga, recebe também uma identificação própria desse tribunal, mas o número único mantém-se como referência comum. Quem tem mais do que um processo, ou quem foi simultaneamente queixoso e visado, deve guardar cada número separadamente e anotar a que situação corresponde. Um simples registo organizado poupa tempo e evita erros quando é preciso responder a uma notificação dentro do prazo. Se tem um processo em curso e não sabe em que ponto se encontra, traga o NUIPC e a documentação que recebeu para uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga, na Praça da República, ou online por videochamada. Marcações pelo +351 939 709 888 ou por email para info@quor.pt.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.